



INCLUSÃO DO “NOME SOCIAL” NO SISTEMA EDUCACIONAL NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO: Uma questão de nome próprio!

ELIANA DA SILVA RODRIGUES

CILA VS BORGES

IRANY GOMES BARROS

EIXO: 4. EDUCAÇÃO E INCLUSÃO

INCLUSÃO DO “NOME SOCIAL” NO SISTEMA EDUCACIONAL NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO: Uma questão de nome próprio!

4. Educação e Inclusão

Resumo

A Educação Inclusiva na cidade do Rio de Janeiro estabelece no Decreto n. 43.065/2011 juntamente com as Secretarias de Assistência Social e Direitos Humanos; e Educação, a necessidade de informação a ser transmitida para a sociedade. Analisar a inclusão do nome social nas políticas de inserção pelas escolas e bibliotecas estabelecendo como prioridades sociais educativas no âmbito da escola por um educador, e contra a exclusão social e os preconceitos. Apresentamos o procedimento e constatamos que a adesão, a partir de um evento cultural no teatro da BPE e a formação do grupo de estudos “Prepara nem”, contribuiu para a inclusão na sociedade e nos meios culturais e educacionais.

Palavras chaves: Inclusão. Acesso à Informação. Educação.

Resumen

Educación Inclusiva en la ciudad de Río de Janeiro establece en el Decreto n. 43.065 / 2011, junto con los Departamentos de Asistencia Social y Derechos Humanos; y la educación, la necesidad de información que se transmita a la sociedad. Para analizar la inclusión social de nombre en las políticas de integración mediante el establecimiento de las escuelas y las bibliotecas como las prioridades sociales educativas dentro de la escuela por un profesor, y en contra de la exclusión social y los prejuicios. Presentamos el procedimiento y encontramos que la pertenencia, de un evento cultural en el teatro de la BPE y la formación del grupo de estudio “Prepara nem”, contribuido a la inclusión en la sociedad y en los medios culturales y educativos.

Palabras clave: Inclusión. Acceso a la información. Educación.

Introdução

Neste estudo abordaremos a questão: Poderá existir uma Biblioteca complementando o sistema educacional inclusivo?

A pertinência desta pergunta vai ao encontro da constatação das difíceis condições que as pessoas com dificuldades ou vítimas de exclusão por gênero encontram na nossa sociedade. Todos os que são ligados ao estudo sobre exclusão social podem citar abundantemente exemplos de como a escola, a biblioteca, o trabalho, a cidadania, o lazer, a cultura, o desporto, a formação profissional, a habitação, etc., encontram-se longe de serem acessíveis e aliados das pessoas que são identificadas com uma opção sexual diferente do seu gênero sexual.

A curiosidade do ser humano sobre a sexualidade são questões muito importantes para o emocional e a subjetividade, para que eles compreendam as origens de cada um dos preconceitos que precisam ser trabalhados. Isto possibilita a aceitação do diferente ao encontrar explicação e conhecimento sobre este assunto. O cumprimento destas curiosidades em sala de aula e bibliotecas contribui para satisfazer o desejo que é o respeito ao próximo indo ao encontro do exercício da cidadania. Aprendizado que quando não se torna efetivo, enquanto o assunto for tratado como tabu, levando a pessoa a ter ao longo da vida o preconceito que será de estigmatizar o outro por ser diferente. Enquanto o conhecimento através da educação não se consolidar o preconceito, medo e tensão no convívio com o diferente. Os PCS's

Justifica a importância de se incluir Orientação Sexual como tema transversal nos currículos, isto é, discorre sobre o papel e a postura do educador e da escola, descrevendo, para tanto, as referências necessárias a melhor atuação educacional ao se tratar do assunto, trabalho que se diferencia do tratamento da questão no ambiente familiar. Aborda ainda, por meio dos objetivos gerais, as capacidades a serem desenvolvidas pelos alunos no ensino fundamental. (BRASIL, 1997, p. 73).

A escola tem o dever de oferecer um espaço onde as pessoas podem responder e ter suas perguntas sinalizadas, e permitir que possam fazer novas perguntas permitindo que a informação transmitida no âmbito da escola por um educador permita que a falta de conhecimento deixe os preconceitos e medos, que muitas vezes interferem no convívio social a ponto de propiciar a evasão escolar, dos que necessitam ser aceitos pela sociedade através da inclusão.

O que propomos neste trabalho é analisar a inclusão do nome social[1] de homossexuais e suas derivações no sigma das palavras, para sugerir a sua inclusão no cadastro de leitores usuários, nas bibliotecas "Parque do Estado do Rio de Janeiro", para que os profissionais de referência destas bibliotecas efetivem o acolhimento e qualifiquem o atendimento destes usuários que precisam ser respeitados, tornando concreta a aceitação de suas diferenças e o respeito pela dignidade humana.

Acreditamos que não bastam discursos politicamente corretos a favor dos excluídos, doentes, loucos, homossexuais, etc.... Acreditamos que para toda a espécie de diferenças visíveis a olho nu é um outro olhar nu que precisamos. Precisamos de um olhar que possa misturar-se, atravessar-se. Por isso, a integração que aqui faz diferença não é aquela que busca uma unidade perfeita e tenta apagar a multiplicidade, mas uma interação, antes de tudo, com a diferença numa dimensão subjetiva, ou seja, integrar à nossa vida esta relação, ou seja, a diferença deixa de ser apontada para ser vivida. (AMARANTE; MULLER, 2003, p. 86).

Quando a escola tem um sistema integrado de experiências estudantis que amplie sua visão, receba com sabedoria a busca pela informação e saiba trabalhar o conhecimento, ele ou ela independente de gênero ou opção sexual deve reconhecer que a educação tem papel importante na formação e entendimento da sexualidade na vida e saúde, e precisa com os temas transversais ampliar o bem-estar e qualidade de vida das pessoas para envolver a integração das diferentes dimensões humanas, que abrange este conceito de inclusão por identidade sexual, orientação sexual e transgêneros.

Cultura da educação inclusiva como desafio

Paulo Freire (1994, p. 157), argumenta que a sociedade em que nos encontramos inseridos, marcada pelo avanço das tecnologias e mesmo pela produção do sistema capitalista que segue a passos largos é a mesma sociedade com ideias de desenvolvimento que excluem, pela via das desigualdades sociais, preconceitos, fome, miséria, analfabetismo e desemprego, as pessoas tirando-lhes o direito inalienável do brasileiro que é o exercício de cidadania. A genialidade de Freire declara ser necessário vencer tais barreiras e alçar voos para além das sociedades cujas estruturas oprimem e excluem.

A existência de opressores e oprimidos enquanto classes sociais gerando exclusão não estão fora do circuito freiriano (FREIRE, 1994, p. 89). A esse respeito posiciona-se claramente defendendo com forte argumentação a favor da transformação das condições de existência dos excluídos das garras de qualquer poder econômico social e político explorador e opressor.

É evidente em Freire a ênfase que dá à importância do desenvolvimento cultural e humano dos excluídos na luta por

uma sociedade justa, democrática e humana. Daí a importância de ser dispensada na educação de inclusão que embora carregando limites, pode e deve contribuir para a transformação da sociedade.

Perpassando o universo reflexivo de Freire, a educação como atividade política, para ser fecunda e dialógica, deverá trilhar o caminho de respeito ao próximo no esforço de libertação e enriquecimento cultural na diversidade.

A Educação Inclusiva, na concepção em que está definida, emerge como sendo muito mais uma nova cultura escolar do que mesmo uma proposta educacional cujo foco se volta para o desenvolvimento de respostas educativas abrangentes e eficazes, independente de condições intrínsecas ou mesmo experiências prévias de escolarização. Voltada objetivamente para atender as necessidades de demanda, seja de caráter global ou individual, com determinação se propõe assumir o compromisso com o processo ensino-aprendizagem de todos.

Como nova cultura, é importante que o pensamento reflexivo esteja atento no sentido de enfatizar que educação inclusiva não se restringe a associar aluno com deficiência escolar nesta ou naquela escola, nesta ou naquela turma regular como sendo tão somente um espaço de convivência para desenvolver ou progredir na 'socialização'. A educação inclusiva se supõe muito mais especialmente quando se trata de pessoas jovens e adultas, sujeitos, enfim, com seus saberes e experiências paralelas que, somadas ao que já existe, trará muito mais riqueza nesse universo que não se esgota.

Celso Antunes (2010) quando se dirige ao público da mídia com o DVD "Inclusão e pluralidade" reflete sobre a importância que se precisa dar para esse novo paradigma da educação que é a aceitação do diferente que se apresenta como uma urgência a ser enfrentada, trabalhada e incorporada culturalmente.

Quando em 1945 terminou a Segunda Guerra Mundial e desenvolveu-se a consciência de que aquela era a última das guerras e tornou-se necessário sedimentar uma consciência de paz, o grande ato que deu um caráter solene ao término da guerra foi a Declaração Internacional dos Direitos Humanos, e através daquele documento já se colocava com clareza a importância de que todos teriam que ser humanos.

Com o passar dos anos, desde 1945 até os dias de hoje a consolidação dessa bagagem legal através de inúmeros outros documentos nunca questionados. Da declaração de Maná ao Estatuto da Criança e do Adolescente, das organizações e das reuniões desenvolvidas pela educação em diferentes cidades do mundo, até a lei de diretrizes e bases da educação educacional, a integração do humano diferente. Seja diferença determinada pelo motivo que vier a ser, acabou sendo uma característica que se agregou de tal forma à ideia de educação que uma das falácias dos tempos modernos é falar em educação inclusiva como se fosse possível conceber uma educação não inclusiva.

Inclusão, enfim, não é apenas uma atitude escolar, não é apenas uma postura de professores, mas uma lista imensa sobre um espectro de ignorância muito grande que está presente em todas as manifestações. Construtores de um novo paradigma cultural obstáculos enormes não vão faltar, mas que é possível superá-los.

Desenvolver uma concepção inclusiva implica em libertarmos de medos, principalmente medo na crença da predestinação – trazemos a ideia de que os seres humanos nascem com o seu destino traçado e que, portanto, se as pessoas nasceram assim, nada mais há que se fazer do que aceitá-las assim.

A predestinação constitui a negação da mais importante descoberta neurológica que é a descoberta da neuroplasticidade, ou seja, a descoberta de que o cérebro humano se reprograma, que ele se reaprende, e que ninguém nasce predestinado para todas as dificuldades.

Do ponto de vista histórico, as políticas sociais brasileiras e a política de inclusão não poderia ser diferente, têm revelado caráter de ambiguidade acomodando o conflito na relação entre Estado e sociedade civil. Tais políticas, no que toca prioridades sociais educativas se caracterizam pela pouca efetividade na resolução dos problemas frente às demandas sociais devido sua subordinação a interesses de grupos capitalistas, configurando o aspecto excludente das políticas governamentais, permitindo apenas, por força de pressão externa populacional, acesso, mesmo que deixando muito a desejar, aos serviços parcamente ofertados.

A realidade cada vez mais crescente das populações empobrecidas e os incontáveis problemas e desafios que daí derivam, coloca o Estado em posição de extrema fragilidade e inoperância, ineficiência e incapaz de alterar o quadro das desigualdades sociais no país. Procede, nesse cenário, a palavra de Vieira (1992) quando argumenta:

O Estado, ao fornecer um fluxo de serviços e bens necessários à sobrevivência dos trabalhadores, procura reforçar sua capacidade de impor à sociedade como um todo, os interesses políticos e sociais das classes hegemônicas, bem como obter legitimidade em sua tarefa de administrar as desigualdades sociais. (VIEIRA; BEZERRA; ROSA, 1992, p. 113).

Não se pode falar de educação ou processo de inclusão ou de seu estabelecimento, sem chamar atenção para a questão das políticas públicas vigentes. Alcançando, no âmbito de sua competência, de forma articulada, estas deverão se voltar especificamente à iniciativa que qualifica a formulação de uma política educacional inclusiva como ação governamental disposta a contemplar esse público vulnerável e excluído em suas mais diversas situações e

historicamente prejudicado em seus direitos de cidadania.

Uma vez subsidiada essa iniciativa, formulação, reformulação e possivelmente um redimensionamento, deveremos estar atentos para a reorganização da estrutura e cultura da no campo da educação a favorecer de toda forma possível um ambiente saudável e de qualidade.

O momento exige, do profissional e da coletividade, especialmente os chamados grupos da linha de frente, tomada de atitude, postura ético-político, abertura para entender, intervir e contribuir com esse novo momento no enfrentamento das atuais mudanças políticas, econômicas e sociais.

É preciso resistir e sonhar, alimentar os sonhos, torná-los possíveis e concretizá-los dia-a-dia tornando as relações humanas mais justas e mais solidárias.

É necessário pensar e refletir sobre as transformações que ocorrem no mundo moderno, as mudanças que afetam a produção, o Estado e que interferem nas políticas sociais. É também necessário analisar as novas mediações que elas estabelecem nas expressões da questão social, nas demandas e nas respostas.

É preciso ter coragem para enfrentar os desafios que as transformações, resultantes dos esforços cidadãos, forçando o emergir de políticas públicas sociais de inclusão que atendam aos anseios da população especialmente os mais vulneráveis vítimas dos mais diversos tipos de agressão, no corpo e na alma.

Inclusão na educação escolar e nas bibliotecas

A informação sistemática e didaticamente passada as pessoas sobre “Orientação Sexual” em sala de aula, no ambiente escolar pelo educador, auxiliará as crianças e aos adolescentes através da educação a quebra do paradigma preconceituoso sobre gênero sexual.

As informações sobre as doenças sexualmente transmissíveis/AIDS devera trazer como base a prevenção e não o preconceito aos homossexuais, pois mesmo com as informações da necessidade de métodos preventivos as doenças continuam se instalando em sua maioria em jovens na faixa etária de 13 e 20 anos. A saúde Mental e a auto estima, também é afetada em um ambiente que não aceita as diferenças, que o discrimina a ponto de provocar “bullying” ou a evasão escolar.

A educação transmitida de forma continuada se faz necessária, o que as pessoas aprendem na escola será discutido e gerara reflexão sobre a própria sexualidade, sua posição na família e na sociedade, tornando-se um local legítimo para a transmissão de informações que se consolidara em conhecimento.

Apresentamos conceitos epistemológicos de identidade sexual; transgêneros, orientação sexual; conceitos de inclusão e acessibilidade social.

Identidade Sexual

É o conjunto de características sexuais que diferenciam cada pessoa das demais e que se expressam pelas preferências sexuais, sentimentos ou atitudes em relação ao sexo. A identidade sexual é o sentimento de masculinidade ou feminilidade que acompanha a pessoa ao longo da vida. Nem sempre está de acordo com o sexo biológico ou com a genitália da pessoa. (BUENO, 1965, p. 235).

Orientação Sexual

É a atração efetiva e/ou sexual que uma pessoa sente pela outra. A orientação sexual existe num continuum que varia desde a homossexualidade exclusiva até a heterossexualidade exclusiva, passando pelas diversas formas de bissexualidade. Embora tenhamos a possibilidade de escolher se vamos demonstrar ou não, os nossos sentimentos, os psicólogos em geral, não consideram que a orientação sexual seja uma opção consciente que possa ser modificada por um ato da vontade. (BUENO, 1965, p. 413).

Transgêneros Terminologia utilizada que engloba tanto as travestis quanto as transexuais. E um homem no sentido fisiológico, por exemplo, mas se relaciona com o mundo como mulher. (BUENO, 1965, p. 523).

Destacamos também a evolução dos conceitos de acessibilidade e inclusão onde ainda não há consenso científico a respeito dos mesmos, porém o senso comum já os absorveu. Abaixo, ilustramos com conceitos colhidos na Universidade Federal do Ceará (UFC), salientando que são necessários os dois, pois um não se consolida sem o outro, Os conceitos de acessibilidade e inclusão social estão intrinsecamente vinculados. No senso comum, acessibilidade parece evidenciar os aspectos referentes ao uso dos espaços físicos. Entretanto, numa acepção mais ampla, a acessibilidade é condição de possibilidade para a transposição dos entraves que representam as barreiras para a efetiva participação de pessoas nos vários âmbitos da vida social. A acessibilidade é, portanto, condição fundamental e imprescindível a todo e qualquer processo de inclusão social, e se apresenta em múltiplas dimensões, incluindo aquelas

de natureza atitudinal, física, tecnológica, informacional, comunicacional, linguística e pedagógica, dentre outras. É, ainda, uma questão de direito e de atitudes: como direito, tem sido conquistada gradualmente ao longo da história social; como atitude, no entanto, depende da necessária e gradual mudança de atitudes perante às pessoas com deficiência. Portanto, a promoção da acessibilidade requer a identificação e eliminação dos diversos tipos de barreiras que impedem os seres humanos de realizarem atividades e exercerem funções na sociedade em que vivem, em condições similares aos demais indivíduos. (UNIVERSIDADE, 2015, s.p.).

A partir dos conceitos acima citados, foram desenvolvidas ações colaborativas com o “Grupo Arco-Íris de Conscientização Homossexual”, com a “SuperDir”, “Tem Local” e Ongs que promovem a cidadania dos homossexuais e travestis na cidade do Rio de Janeiro.

Citando os PCN’s e **Laura Monte Serrat** Barbosa

A sexualidade construída ao longo da vida encontra-se necessariamente marcada pela história, cultura, ciência, assim como pelos afetos e sentimentos, expressando-se então com singularidade em cada sujeito. Indissociavelmente ligado a valores [...] Se, por um lado, sexo é expressão biológica que define um conjunto de características anatômicas e funcionais (genitais e extragenitais), a sexualidade é, de forma bem mais ampla, expressão cultural. (BRASIL, 1997, p. 117; BARBOSA, 2002, p. 89).

A Identidade Sexual, Orientação Sexual é construída como parte da sexualidade do indivíduo e é necessariamente marcada pela história de vida pessoal, de suas emoções e sentimentos, e cada um trás como cita *Sören aabye* Kierkegaard a singularidade de cada ser “o homem não é um dado pronto, acabado, mas que precisa construir-se a cada instante da sua existência” (GRILLO, 2013, p. 65) para um poder ser-se, e está intrinsecamente ligado aos valores, se sexo é a expressão biológica, a orientação sexual é a realidade na vida de cada um.

A sociedade cria as regras de convivência, e parâmetros para o comportamento sexual das pessoas. Todavia, a orientação sexual deve ser proposta e considerada nas dimensões biológicas, psicológicas e socioculturais.

Quando no processo de decisão das políticas de inclusão nas leis na cidade do Rio de Janeiro, foram criadas propostas para a adequação das mesmas, no âmbito da Prefeitura, e as Bibliotecas Parques com seu corpo diretivo, de educadores, bibliotecários e demais colaboradores envolvidos, decidiram aderir em seu formulário de cadastro de usuário das Bibliotecas, em seu processo automatizado de cadastro de frequentadores, o campo de “nome social”, em cumprimento ao decreto n. 43.065/2011, que reconhece o direito ao uso do nome social por travestis e transexuais na administração direta e indireta do estado do Rio de Janeiro.

Dentre as ações educativas programadas pela Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro, foi realizado junto com as instituições acima citadas, as atividades “Visibilidade Cult- Roda de Conversa Trans”. Juntamente aconteceu o lançamento da “Ação Educativa de Visibilidade e Cidadania Trans”, iniciativa da Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro, através do Programa Estadual Rio Sem Homofobia, coordenado pela SuperDir/SEASDH e o Conselho dos Direitos da população LGBT do Rio de Janeiro – Dia Nacional da Visibilidade Trans (29 de janeiro criado em 2004), o evento se deu na Biblioteca Parque Estadual no seu Teatro Alcione Araújo, com o lançamento do livro “Eu Trans - a alça da bolsa. Relatos de uma transexual”, de Jô Lessa; apresentação musical com Vivian Frões e Kathyla Katheryne, o desfile trans com peças do Empório Almir França.

Durante a abertura do evento, na Biblioteca, foi informado ao público presente que todos que utilizavam nome social e quisessem, poderiam utiliza-lo ao realizar o cadastro na biblioteca como leitor o que foi realizado, a aceitação foi aderida por vários participantes do evento.

A acessibilidade é um recurso para a inclusão e deve ser utilizado como tema transversal nas escolas e na educação continuada. Nas políticas das bibliotecas, principalmente as Públicas, as políticas de inclusão, a distribuição de recursos devem priorizar o acesso a informação e promover o conhecimento de todos os cidadãos.

“Todos temos direito a ser iguais quando a diferença nos diminui e todos temos direito a ser diferentes quando a igualdade nos descaracteriza” (SANTOS, 2003).

A partir dos conceitos que embasam a proposta do trabalho, qual seja de incluir e permitir o acesso a todo o cidadão, que os serviços ofertados através da Biblioteca Parque Estadual/RJ (BPE/RJ), unidade Centro – Central do Brasil, determinou em sua política de referência, a inclusão de campo específico denominado nome social, em seu cadastro de novos usuários, oferecendo assim a opção do indivíduo de ter sua carteira de leitor na BPE/RJ, com seu nome escolhido socialmente.

No cadastro de frequentadores da Biblioteca aparece: “Cadastro de Usuários”; Nome; Data de nascimento; **Nome Social**; Sexo; Documento; N. do Documento; Filiação/Nome; Tutela; Pessoa Autorizada; Senha de Internet; isto desde o “Curso de Capacitação para uso do Sistema Alexandria para Bibliotecas” que foi realizado em 2014.

A Biblioteca participa de outra ação de impacto muito relevante para a educação na qual ela permite através de empréstimo, para todas as instituições de ensino, o direito de levar por até 50 livros por prazo determinado entre os usuários e professores. A iniciativa do Curso Preparatório para o ENEM, criado pelo grupo Associação de Travestis e Transexuais do Rio de Janeiro (Astra), para que este curso de Preparação para o Vestibular esteja capacitado para a promoção da leitura e facilidade de acesso ao livro através da Biblioteca Parque do Estado.

O que são estas ações

São ações, em que a biblioteca pode e deve participar do processo de inclusão de cidadãos excluídos em todos os campos da sociedade, normalmente, a sociedade recebe o conhecimento de processos como os descritos abaixo, com estranheza, mas eles contribuem de sobremaneira para que as travestis também sejam incluídas na sociedade.

O Projeto Prepara Nem

O Projeto o que já se tem definido conforme reunião de acolhimento para os interessados em se voluntariar ficou definido que serão formados Núcleos para o melhor planejamento das aulas a serem dadas. Esses núcleos terão autonomia para passar o conteúdo do ENEM seguindo o seu edital, desde que estejam comprometidos a sempre nos dias de suas respectivas aulas estarem no mínimo dois estudantes presentes para que se possa ministrar aulas.

Os Núcleos ficaram definidos em: 1- Núcleo Humanas; 2-Núcleo Linguagem; 3-Núcleo Pedagogia; 4-Núcleo Exatas; 5-Núcleo Natureza; 6-Núcleo Estudantes. As aulas serão ministradas em dois polos no Centro da cidade no Rio de Janeiro, as sextas feiras ficou reservado para encontros docentes e pedagógicos com os estudantes, e possível criação de cursos de idiomas.

Pensando a “educação em conjunto”, Bárbara Aires (2015), Diretora-Geral da Astra/RJ, divulgou e promoveu o lançamento da campanha "Se Inscreve NEM 2015", para dar apoio a pessoas Trans e Travestis que desejam se inscrever no ENEM, pois “O resultado ENEM 2015 pode servir para retirar certificado do Ensino Médio, e para conseguir ingresso em uma universidade pública” (TEM LOCAL, 2015, capa).

Através da ASTRA, que divulga e propicia junto ao TEM LOCAL, um espaço para a efetivação destes cursos preparatório, a ação conta com o acervo da BPE, que empresta os livros para escolas e cursos que visem a inclusão através da educação.

Retificação de registro civil

Para Barbara Aires (2015), a questão da transexualidade é uma condição do ser humano. “Assim como as pessoas nascem negras, altas, de olhos claros ou loiras, nasce-se transexual ou homossexuais, é uma questão de natureza humana”. Ela expõe a dificuldade para redefinição do nome, “para um mero caso de retificação de registro civil, é obrigatório um laudo psicológico. Não basta chegar à Justiça redesignada (após se submeter à cirurgia) e entrar com um processo de redefinição de nome, ainda precisamos ser avaliados por peritos”.

Barbara Aires defende a ideia de que é importante as escolas abordarem o tema e trazer informações que ensinem a respeitar as diferenças, para combater o preconceito e gerar conhecimento, pois

O padrão que a sociedade impõe nem sempre corresponde a realidade, e aqueles que não estão inseridos nesse grupo sofrem preconceito. A violência, muitas vezes, começa dentro da família, depois vêm as perseguições no ambiente escolar. E, no mundo do trabalho, não há direitos que reconheçam os travestis ou os transexuais. Infelizmente ainda hoje ser travesti ou transexual é sinônimo de marginalidade, de ser agressivo e até carregar doenças. (AIRES, 2015, s.p.).

Ela defende que a educação fara com que não sejam criadas leis específicas para a categoria tais como a Lei Maria da Penha; sobre a discriminação racial e religiosa.

Trazer o tema a luz da educação e judiciário é importante para garantir direitos, para que não se faça necessario incentivar a criação de leis que abordem o tema. Entretanto, o ponto crucial é o debate dentro da própria sociedade, a transmissão de conhecimento com a quebra de barreiras e a luta contra o preconceito.

Conclusão

A adoção, pela sociedade, as escolas e conseqüentemente as bibliotecas públicas, de uma “retórica inclusiva” ainda está longe de dar passos para a acabar com a exclusão. Estamos mundialmente longe disto, basta vermos o fosso entre ricos e pobres, as divergências religiosas, a meritocracia escolar, a homofobia, a falta de amor ao próximo.

Portanto é necessário distinguir, no meio da retórica política sobre a inclusão, quais são os desenvolvimentos dentro da

área educacional, como uma organização de aprendizagem que visa valores de sustentabilidade, qualidade, participação e autonomia para todos os alunos, e os que procuram simplesmente criar discursos e práticas que conduzem a uma inclusão hipócrita.

A acessibilidade, a dignidade, o respeito pela diversidade humana é um dos “primeiros passos” para a inclusão na educação e nas bibliotecas, por isso propiciar desde a recepção, o acolhimento ao cidadão, faz toda a diferença para os excluídos que adentram a Biblioteca Pública do Estado do RJ, que tem em sua missão exatamente esta tarefa atender a todos, igualmente.

Enquanto prática social as bibliotecas, especialmente em seus serviços de referência, colaboram na transformação social quanto mais ela estiver a serviço da disseminação de informações para todo o conjunto da sociedade de forma a possibilitar que a sociedade se aproprie do conhecimento.

O cadastro de novos leitores apresentou uma adesão substancial por parte dos travestis e contribui com a fidelização deste usuário que sente-se acolhido e respeitado.

Contribui também para trabalhar o preconceito, a homofobia que por ventura possa estar “incubada” em outros usuários e também no corpo colaborativo de toda a Biblioteca.

Além destas ações, em que a biblioteca pode e deve participar do processo de inclusão e em todos os campos da sociedade, que contribuem de sobremaneira para que os excluídos possam se educar e participar e se sentir parte integrante na sociedade.

REFERÊNCIAS

AIRES, BARBARA. **Facebook da BARBARA AIRES**. Disponível em: <https://www.facebook.com/events/1041118392588082/> = TEM LOCAL . Acesso em: 15 abr. 2015.

AMARANTE, Maria Tereza Teixeira; MULLER, Ricardo Gaspar. Intimidades com a diferença. **Cadernos pedagógicos**. n. 20, SEC, out. 2003.

ANTUNES, Celso. **Inclusão e pluralidade**. São Paulo: Atta mídia e educação, 2010. DVD.

BARBOSA, Laura Monte Serrat. Sexualidade – matéria escolar ou secular? in: PCN: Parâmetros Curriculares Nacionais, v. 2: temas transversais: uma interpretação e sugestão para a prática. Curitiba: Bella Escola, 2002. p. 89-100.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Orientação sexual**, v. 10, 1997. Disponível em : portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro102.pdf. Acesso em: 13 maio 2015.

BUENO, Francisco da Silveira. **Grande dicionário etimológico** – prosaico da língua portuguesa. São Paulo: Sarava, 1965. 4 v.

GRILLO, Marcos Monteiro. **Precariedade e desespero em Kierkegaard**. Joinville: Clube dos autores, 2013.

FERRAZ, Ana Luiza. Opção ou orientação sexual? **Portal educação**. Disponível em: <http://www.portaleducacao.com.br/psicologia/artigos/4123/opcao-ou-orientacao-sexualixzz3ekcmYWWT>. Acesso em: 20 maio 2015.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança**: Um reencontro com pedagogia do oprimido. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

RIO DE JANEIRO. Programa Estadual Rio Sem Homofobia, coordenado pela Superintendência de Direitos Individuais, Coletivos e Difusos, da Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos, e a Secretaria de Estado de Educação. **Decreto n. 43.065/2011**. Rio de Janeiro: Diário Oficial, 2011. Disponível em: http://www.riosemhomofobia.rj.gov.br/campanha/ver/18_campanha-pelo-uso-do-nome-socialsthash.i6q0Uabe.dpuf.

Acesso em: 15 maio 2015.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Por uma concepção multicultural de direitos humanos. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (org.). **Reconhecer para libertar**: os caminhos do cosmopolitismo multicultural. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ. **Conceito de acessibilidade**. Disponível em: <<http://www.ufc.br/acessibilidade/conceito-de-acessibilidade>>. Acesso em: 20 jun. 2015.

VIEIRA, Maria Antonieta da costa; BEZERRA, Eneida Maria Ramos; ROSA, Cleisa Moreno Maffei (org.). **População de rua; quem é, como vive, como é vista**. São Paulo: Hucitec, 1992.

[1] Decreto n. 43.065/2011. Programa Estadual Rio Sem Homofobia, coordenado pela Superintendência de Direitos Individuais, Coletivos e Difusos, da Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos, e a Secretaria de Estado de Educação. A ação também faz parte da “Agenda Afirmativa de Cidadania de Travestis e Transexuais”, promovida pelo programa. Disponível em: http://www.riosemhomofobia.rj.gov.br/campanha/ver/18_campanha-pelo-uso-do-nome-social_sthash.i6q0Uabe.dpuf.

Eliana da Silva Rodrigues. cimoremio@gmail.com. Mestranda em Biblioteconomia pela UNIRIO. Especialista em Organização do Conhecimento para Recuperação da Informação pela UNIRIO. Bibliotecária.

Cila VS Borges. cila@letras.ufrj.br. Mestranda em Biblioteconomia pela UNIRIO. Especialista em Gestão da Universidade Pública Federal pela UFRJ. Bibliotecária da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Irany Gomes Barros. irany2012@yahoo.com.br. Mestre e Doutoranda em Ciências da Educação pela Universidad Americana – Assunção, Paraguai. Especialista em Arteterapia em Educação e Saúde. Bibliotecária na Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Recebido em: 16/07/2015

Aprovado em: 16/07/2015

Editor Responsável: Veleida Anahi / Bernard Charlort

Método de Avaliação: Double Blind Review

E-ISSN:1982-3657

Doi: